

Narrativa e história em *Agosto*, de Rubem Fonseca

JOSÉ LUÍS JOBIM

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo analisa o romance *Agosto*, de Rubem Fonseca, procurando demonstrar que o autor, em sua elaboração narrativa, ao mesmo tempo incorpora referentes históricos à trama ficcional e discute a interseção entre a investigação criminal e a investigação histórica, estabelecendo conexões com a obra *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*, de Carlo Ginzburg.

Palavras-chave: *Agosto* (romance); *Mitos, emblemas e sinais*

Há pelo menos dois aspectos importantes no que diz respeito à produção textual de Rubem Fonseca. Primeiro, trata-se de um autor fortemente consciente da linguagem do fazer e da tradição cultural na qual se inseria a elaboração de suas narrativas. Segundo, em relação aos contextos nos quais seus personagens se movem, ele também apresenta elementos históricos que identificam os personagens como membros de uma estrutura social, permitindo reconhecer as significações investidas na narrativa.

Não é novidade dizer que *Agosto* é um romance histórico. Quando o livro foi lançado, em 1990, já se dizia que, diferentemente das narrativas policiais anteriores do mesmo autor, esta tinha um forte componente histórico, derivado dos episódios políticos que abalaram o Brasil naquele fatídico mês de 1954. De fato, Rubem Fonseca coloca em sua narrativa personagens que correspondem a pessoas que realmente existiram, como Getúlio Vargas e seus familiares, generais e militares, e políticos de diferentes matizes, envolvidos historicamente com aquele momento do contexto brasileiro. Mas os impasses morais, existenciais e políticos são mais detalhadamente apresentados em personagens ficcionais, como o protagonista, comissário Mattos (visto por alguns como uma espécie de alter ego do autor), e

todo o espectro de seus antagonistas nesta narrativa, que tipificam vários problemas e questões, constitutivos do tecido social brasileiro. No seu prefácio à reedição de 2020, Patrícia Melo, romancista das mais bem sucedidas de sua geração, que tem Rubem Fonseca como referência obrigatória, afirma:

Seria redutor, a meu ver, pensar no romance *Agosto*, de Rubem Fonseca, obra fundamental da nossa literatura, exclusivamente a partir do seu valor histórico. Afinal, a rigorosa pesquisa de documentos e exame de jornais da época sobre os eventos que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas encontrada na sua narrativa é apenas instrumental para que Alberto Mattos, o delegado protagonista da trama, emergindo da realidade que o deputado Carlos Lacerda chamou de “mar de lama”, retrate o verdadeiro éthos de uma cultura política predatória e inoperante que há séculos é dominante no nosso país. (4)

De fato, Mattos é parte de um segmento do Estado (a polícia) que tem de lidar tanto com a população mais vulnerável quanto com a mais privilegiada—mas de maneira diferente. Nos anos 50, Mattos tinha de dar atestados de pobreza (aliás, a cultura dos “atestados” e “certidões” fornecidos pelo Estado ainda permanece até hoje), e as cadeias já eram superlotadas como hoje, desrespeitando as leis e normas que regiam e regem o encarceramento. Mattos era considerado maluco porque, em face daquela situação ilegal e imoral dos presos, “tentara fazer um movimento grevista no Departamento Federal de Segurança Pública: os policiais parariam de trabalhar até que todos esses presos fossem transferidos para penitenciárias” (11). O comissário não obteve apoio dos colegas, que em geral não se importavam muito com a condição dos presos, e em sua maioria estavam mais interessados nos benefícios extras que a condição de policial lhes podia oferecer. O mais conhecido e duradouro destes benefícios era a propina oferecida pelos bicheiros, para que a contravenção não fosse reprimida, como mandava a lei. O narrador explica como funcionava este esquema nas delegacias: “Toda delegacia tinha um tira que recebia dinheiro dos bicheiros da jurisdição para distribuir com os colegas. Esse policial era conhecido como ‘apanhador’. O dinheiro dos bicheiros—o levado—variava de acordo com o movimento dos pontos e a ganância do delegado” (11).

Um dos vários fios do enredo de *Agosto* é o desacato cometido pelo bicheiro Ilídio ao comissário Mattos. O guarda da delegacia resume assim o episódio: “Um anotador do seu Ilídio [o bicheiro] foi preso e ele veio aqui pra soltar o homem. Mas seu Ilídio quis dar ordens ao doutor Mattos, acho que não sabia com quem estava falando. O doutor é asa-branca, não entra no rateio do levado do bicho. Azar do seu Ilídio, levou um pé na bunda e foi posto no xadrez” (75). A versão do comissário Mattos foi outra, conforme relatada ao delegado, quando questionado por este:

“Bem, esse bicheiro veio aqui pedir para soltar um empregado dele que havia sido preso em flagrante por envolvimento numa rixa. Eu não sabia que ele era bicheiro. Pedi pelo telefone o boletim do preso e dos dois outros envolvidos na rixa. Como todos eram primários e a rixa é uma bobagem, não devia nem estar no Código Penal, e como o xadrez estava cheio, eu resolvi soltar todo mundo. Logo após libertar o empregado desse bicheiro, que eu não sabia, até então, repito, que era um contraventor, ele botou o dedo na minha cara e disse: ‘Não quero que isso aconteça mais, ouviu?’ Perguntei ao guarda: ‘Você conhece este cavalheiro?’ O guarda respondeu, num tom respeitoso: ‘É o seu Ilídio.’ Foi então que eu percebi que o sujeito era um banqueiro do bicho. Nesse momento o bicheiro virou-se para o guarda e, apontando para mim, disse: ‘Esse rapaz tem muito o que aprender.’ Irritado eu o agredi com um pontapé e o coloquei no xadrez. Mas ele ficou pouco tempo no xadrez. Eu o soltei de madrugada. O empregado dele eu soltei antes.” (78)

Depois disso, o bicheiro contratou um assassino profissional para matar Mattos, mas foi dissuadido por outros bicheiros e tentou suspender o contrato de assassinato, sem conseguir. Como resultado, houve uma série de mortes por razões equivocadas: o comissário Pádua, colega de Mattos na mesma delegacia, matou o assassino contratado e depois matou também o bicheiro, pensando que Ilídio teria sido o mandante do assassinato de Mattos, quando na verdade o responsável era outro, e as razões da morte também. Mas esta seria a parte de micro-história,

porque a parte macro diz respeito ao gancho com o episódio da tentativa de assassinato do líder da oposição a Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, como veremos.

A pista para a interseção entre História e estória, no entanto, é fornecida por Rubem Fonseca antes mesmo do início da narrativa, na epígrafe de Carlo Ginzburg que consta das páginas iniciais de *Agosto*:

Finora abbiamo parlato di un paradigma indiziario (e suoi sinonimi) in senso lato. È venuto il momento di disarticolarlo. Un conto è analizzare orme, astri, feci (ferine o umane), catarri, cornee, pulsazioni, campi di neve o ceneri di sigaretta; um altro è analizzare scritture o dipinti o discorsi. La distinzione tra natura (inanimata o vivente) e cultura è fondamentale—certo più di quella, infinitamente più superficiale e mutevole, tra le singole discipline. (7)¹

Esta passagem se encontra em um famoso livro daquele historiador italiano, intitulado *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. Entre outras coisas, Ginzburg propõe uma atitude de valorização e apreciação dos pormenores, de preferência ao conjunto em que se inserem. Para ele, seguindo o que sugeriu o crítico de arte Giovanni Morelli, “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (143–44). Por isto, haveria uma analogia entre os métodos de Morelli, Sherlock Holmes e Sigmund Freud: “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: sintomas (Freud); indícios (Holmes); signos pictóricos (Morelli)” (150).

Em Ginzburg, essa discussão é vista como um embate entre a orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza, a partir de Galileu, e as necessidades de diferenciação das ciências humanas, nas quais “as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana—ou, mais precisamente, a todas as situações

¹ Até agora falamos de um paradigma indiciário (e seus sinônimos) em sentido lato. Chegou o momento de desarticulá-lo. Uma coisa é analisar pegadas, astros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro; outra é analisar escritas, pinturas ou discursos. A distinção entre natureza (inanimada ou viva) e cultura é fundamental—certamente mais do que aquela, infinitamente mais superficial e mutável, entre as disciplinas individuais (Ginzburg 171).

em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos” (178–79). Por isso, o historiador italiano acredita no que ele chama de *paradigma indiciário*:

o rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas—no sentido de que ... suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. (178–79)

O comissário Mattos também emprega em suas investigações um método interpretativo que não se baseia em grandes chaves de interpretação já disponíveis (do tipo: em assassinato de marido, a mulher é sempre suspeita), embora estas chaves também sejam de alguma maneira derivadas de uma tradição na investigação criminal, que aponta para uma grande frequência estatística de eventos criminais em que um dos cônjuges é o assassino do outro. Para Mattos, a lógica da investigação criminal teria de ser diferente:

Mattos, conquanto reconhecesse ser emotivo e impulsivo em demasia, acreditava ter lucidez e perspicácia suficientes para escapar das clássicas ciladas da investigação criminal, principalmente da “armadilha da lógica”. A lógica era, para ele, uma aliada do policial, um instrumento crítico que, nas análises das situações controversas, permitia chegar a um conhecimento da verdade. Todavia, assim como existia uma lógica adequada à matemática e outra à metafísica, uma adequada à filosofia especulativa e outra à pesquisa empírica, havia uma lógica adequada à criminologia, que nada tinha a ver, porém, com premissas e deduções silogísticas à la Conan Doyle. Na sua lógica, o conhecimento da verdade e a apreensão da realidade só podiam ser alcançados duvidando-se da própria lógica e até mesmo da realidade. Ele admirava o ceticismo de Hume e lamentava que

suas leituras realizadas na faculdade, não apenas do filósofo escocês, mas também de Berkeley e Hegel, tivessem sido tão superficiais. (Fonseca 106)

Mattos prefere concentrar-se sobre os detalhes frequentemente considerados irrelevantes, os resíduos, os dados supostamente marginais, mas que podem trazer revelações sobre o caso. Seu antagonista no que diz respeito ao método é o comissário Pádua, que não consegue pensar além do chavão, do senso comum. Quando descobre que há uma ameaça à vida de Mattos, Pádua pensa que é resultado da humilhação do bicheiro, porque era/é assim que os bicheiros tratam quem os desrespeita. Em função desta dedução, ele mata primeiro um gatilho de aluguel, Turco Velho, supostamente contratado para assassinar Mattos, e depois o próprio bicheiro Ilídio (supostamente o contratante), após Mattos ser de fato assassinado. Se Pádua prestasse atenção aos detalhes, teria percebido que os dois homens que matou não poderiam ter a culpa que ele imputou a eles. Por isso, o método indiciário, usado por Mattos, parece ser mais eficiente. Giovanni Morelli, o crítico de arte, também investigava a autoria de quadros usando este método, como observou Ginzburg, partindo da premissa de que é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, mais explícitas, mas, isto sim, examinar os pormenores mais negligenciáveis, menos visíveis (Ginzburg 143–44).

Daí a aproximação do método indiciário de Morelli ao de um detetive: ambos buscam o autor (do quadro ou do crime), a partir de indícios imperceptíveis para a maioria (Ginzburg 145). Embora o assassinato de Mattos pudesse ser a imitação de um comportamento muito comum entre contraventores do Rio de Janeiro, no passado e no presente—o de matar quem atravessasse seu caminho—havia uma série de indícios de que o bicheiro não poderia ser o autor (intelectual ou factual), mas estes eram imperceptíveis, porque não correspondiam ao horizonte de expectativas do comissário Pádua, que formava seus julgamentos apenas a partir de conjecturas fundadas no senso comum, nas aparências, sem buscar a validação destas conjecturas através de uma investigação mais cuidadosa dos fatos. Uma das práticas policiais conhecidas e condenadas na história da corporação é precisamente o chamado *abuso de autoridade*, pelo qual um oficial de polícia pode se arrogar um suposto (mas de fato inexistente) direito de ser juiz, júri e executor da sentença de quem eles condenam em seu tribunal de fancaria. Rubem Fonseca,

através do comissário Pádua, mostra, entre outras coisas, como este tipo de abuso leva a resultados equivocados em investigações criminais, e não a desvendamentos de autoria comprovada de crimes.

Na verdade, o assassinato de Mattos não tinha nada a ver com seu embate com o bicheiro Ilídio, mas, isto sim, com a investigação do assassinato de um industrial da alta sociedade carioca, conduzida pelo comissário. Aos poucos, Mattos foi descobrindo os detalhes: o morto era casado com uma mulher que o traía e que seria sua herdeira no comando de sua empresa; no dia de sua morte um homem negro havia tomado banho no apartamento da vítima (e deixado amostras de pelos no sabão); o industrial morto tinha negócios escusos que passavam por benesses governamentais, com o auxílio do Anjo Negro—o chefe da guarda pessoal do então presidente Getúlio Vargas; etc. Da cena do crime, Mattos levou um anel, que será depois crucial para o desvendamento da autoria. De início, ele pensou que o anel pertencia ao Anjo Negro, porque viu que este usava um anel parecido em uma foto de jornal:

Com o anel na mão, [Mattos] voltou a olhar para a foto do jornal, para o que realmente lhe interessava, o dedo anular da mão esquerda de Gregório, onde se via um anel parecido com aquele que segurava naquele instante. Rememorou a conversa que tivera com o porteiro Raimundo, sobre a visita de um negro ao apartamento de Gomes Aguiar [o empresário] no dia do assassinato. Juntou essa informação à do perito Antonio Carlos, segundo a qual os cabelos encontrados no sabonete do banheiro do morto eram de um negro. O comissário lutou contra a excitação venatória que estava sentindo, que resultava tanto da eventual descoberta e contingente captura do autor do crime, quanto da identidade do suspeito. Tinha que manter a lucidez e encarar tais indícios friamente: eram apenas um sinal, uma pista a ser seguida como qualquer outra. (106)

Veja-se aí mais uma referência explícita ao texto de Ginzburg: sinais e pistas, segundo o historiador italiano, podem também levar a interpretações erradas, porque são indiretos, indiciários, conjecturais. Paralelo à trama da investigação de Mattos, desenrola-se outra investigação que tinha muito mais visibilidade política

e midiática: a da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, conhecido como “o corvo”, principal líder da oposição ao governo Getúlio, tentativa que resultou na morte de um oficial da aeronáutica. Esta tentativa é explorada com riqueza de detalhes por Rubem Fonseca, não somente através de um trabalho consistente de citação de fontes históricas da época, mas também através de elaboradas construções de diálogos ou do uso do discurso indireto livre por personagens que correspondem a pessoas “reais”, como este, em que aparece Alzira Vargas, filha de Getúlio:

Alzira pensara que a História redimira seu pai em 1950. Agora, naquele aflitivo agosto de 1954, em que pela primeira vez via o pai como um velho desencantado, um homem sem esperança, sem desejo, sem vontade de lutar; um homem pequeno, frágil, doente, vítima das aleivosias torpes dos inimigos, dos julgamentos ambíguos dos amigos; agora, ela tomava consciência da História como uma estúpida sucessão de acontecimentos aleatórios, um enredo inepto e incompreensível de falsidades, inferências fictícias, ilusões, povoado de fantasmas. Ela agora se perguntava, então deixara de existir aquele outro homem cuja memória guardara tantos anos em seu coração? Era ele um outro fantasma, nunca existira? Esse pensamento lhe foi tão doloroso e insuportável que por momentos ela pensou que não resistiria e morreria de dor, ali, na janela do Palácio do Ingá, em Niterói.
(298)

O gancho de união entre as duas investigações, a da morte do industrial e a do oficial da Força Aérea Brasileira, é a possibilidade de o Anjo Negro, chefe da segurança do então presidente Getúlio Vargas, estar por trás das duas mortes. Mattos faz contato com os oficiais que investigam o atentado, mas estes desconfiam do comissário, por não saberem ao certo as razões que o moviam a fazer esta investigação no meio do redemoinho político daquele momento histórico.

O comissário Mattos pode também ser considerado como um personagem criado por Rubem Fonseca para colocar o dedo em muitas feridas sociais do país. Ele está inserido no aparelho do estado e contracena com outros agentes do mesmo

estado, que desejam que ele se enquadre no comportamento padrão deles. Este comportamento implica julgamentos com os quais Mattos não concorda: a lei estabelece normas para encarceramento (que são desrespeitadas nas delegacias), mas os agentes não se importam com o desrespeito a estas normas; a lei estabelece que a contravenção é um crime a ser reprimido, mas o estado paga mal aos agentes repressores, e os contraventores conseguem manter suas atividades ilegais oferecendo propina àqueles agentes; a lei diz que todos os cidadãos são iguais diante dela, mas na prática, como dizia um famoso pensador conservador, alguns são “mais iguais” do que outros. O quadro ideológico que é oferecido como realidade a Mattos inclui a prática normalizada de ações que não deveriam estar acontecendo, se a lei fosse cumprida à risca. Mas a lei só é invocada quando interessa aos agentes do aparelho estatal, para defender seus interesses particulares em casos concretos. Assim, o delegado que recebia propina do bicheiro repreende Mattos, por ter agredido o bicheiro Ilídio, cometendo o crime de “violência arbitrária”, segundo o Artigo 232 do código penal da época, fechando os olhos para o fato de que a própria atividade a que Ilídio se dedicava era ilegal, e geradora de muita violência (78). Claro, não poderia ser de outra maneira, porque o delegado também recebia propina do jogo do bicho.

Com a criação da personagem do comissário Mattos, descrito por ele como um sujeito que virou policial por ser incapaz de arranjar um emprego melhor, depois de três anos advogando para criminosos pobres, sem ganhar dinheiro nem para pagar o aluguel do escritório, e que via na polícia apenas a oportunidade de trabalhar vinte e quatro horas e ter setenta e duas horas de folga, tempo que pretendia usar estudando as matérias do concurso para juiz, Rubem Fonseca consegue dar visibilidade a vários aspectos importantes da configuração social brasileira.

Se Mattos tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados, imperceptíveis, opacos para a maioria, através de um método indiciário, ele também é um crítico da suposta transparência da realidade, baseada em uma certa naturalização de uma série de violências institucionais que vem percorrendo a nossa história nacional há muito tempo. Um dos grandes méritos de *Agosto* é exatamente colocar o dedo nas feridas, apontando para o que está por trás desta naturalização, questionando a suposta transparência da realidade presumida em esferas de atuação dos agentes do aparelho do estado, como uma espécie de senso comum. Como a atuação de Mattos tem por objeto casos e

situações individuais, qualitativamente avaliados, é justamente por isso que alcança resultados e coloca em xeque os próprios pressupostos da naturalização social operada pelos agentes do estado.

Obras citadas

Fonseca, Rubem. *Agosto*. Companhia das Letras, 2020.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. Companhia das Letras, 1989.

Melo, Patrícia. “Prefácio.” *Agosto*, de Rubem Fonseca, Companhia das Letras, 2020, pp. 4–7.

